

Língua somos: A construção da ideia de língua e da identidade coletiva na Galiza (pré-)constitucional

ROBERTO LÓPEZ-IGLÉSIAS SAMARTIM

Universidade da Corunha e Grupo Galabra/USC

Resumo

A língua da Galiza funciona como principal (ou único) elemento etno-identitário no conjunto do sistema cultural galego (SCG), tanto entre os anos 1968-1982 como na atualidade. Este relatório pretende explicar a posição ocupada no referido sistema por este marcador identitário e a função a ele atribuída pelos principais elaboradores de ideias no momento prévio à sua institucionalização como língua (co)oficial pela Constituição espanhola hoje vigorante (plebiscitada em dezembro de 1978). Apontase, igualmente, o sucesso ou fracasso posterior das ideias de língua sustentadas pelos diferentes grupos atuantes no período pré-constitucional através das estratégias por eles implementadas até os inícios do século XXI.

Palavras chave: Planificação linguística, identidade, sistema cultural galego, transição à democracia

Abstract

The Galician language functions as the main (or only) ethno-identitary element in the Galician cultural system, between the years 1968-1982, as well as nowadays. This paper aims to explain this identitary marker's position in the system and the function attached to it by the principal idea and opinion makers in the period previous to its institutionalization as (co-) official language by the Spanish Constitution in December 1978. The paper will also offer an introduction to the subsequent success or failure of strategies and language ideas supported by different movements in the pre-constitutional period until the beginning of the 21st century.

Key words: Language planning, identity, Galician cultural system, transition to democracy

O objetivo deste trabalho é revisar o processo de construção identitária em relação com o processo de elaboração linguística (*formal*) na Galiza dos anos setenta (e os seus resultados nos inícios do século XXI). Para isso procedemos a extrair e abstrair dos discursos hegemónicos, propostos pelas instituições ou pelos principais fabricantes de ideias, os critérios (de distinção) com que operam os vários grupos envolvidos neste duplo processo (politicamente heterónimo).

A língua da Galiza foi utilizada historicamente pelo galeguismo¹ como uma ferramenta para superar o atraso (social, cultural, económico, etc.) e um importante elemento etno-identitário diferencial em função de duas características principais, o seu carácter de língua popular (maioritária dentro da população) e a proclamada unidade linguística galego-portuguesa (com um impacto desigual no movimento historicamente considerado). Este marcador ocupa a centralidade no processo de construção identitária desde a passagem do «nacionalismo étnico» da segunda metade de XIX para o «nacionalismo filológico» do primeiro terço do século XX. É precisamente este «nacionalismo filológico», sustentado numa ideia orgânico-historicista de nação, o que atribui à língua própria o carácter de principal (ou único) marcador identitário diferencial imprescindível para a sobrevivência e a continuidade da comunidade imaginada (Anderson, 1983).

No início do último terço do século XX, o processo de abertura experimentado no campo político do franquismo faz prever a consecução dum certo grau de autonomia político-administrativa para a Galiza e, com ele, a introdução da língua da comunidade em espaços até então desconhecidos, como a liturgia católica (possível desde o Concílio Vaticano II de 1962-1965) e, sobretudo, o ensino (hipótese contemplada pela Ley General de Educación de 1970) e a administração pública (como permite, no fim do processo de reforma política, a Constituição espanhola, e tal como foi aplicado desde a criação da Xunta Preautonómica de Galicia por decreto do Governo da Espanha em março de 1978).

De acordo com esse espaço de possibilidades, um setor da elite galeguista retoma o processo de elaboração linguística truncado com a Guerra Civil de 1936-1939 e coloca no espaço social galego (onde o castelhano tem presença, apoio institucional e lhe são atribuídos diferentes valores) várias propostas linguístico-identitárias, cujos aspetos centrais estão em função dos diferentes graus e modos de relação com:

1. A natureza dos materiais com que se pretende identificar a comunidade. Nomeadamente, esta circunstância afeta à ortografia (os signos em que esta comunidade se reconhece), à língua dita popular (entendida como do «povo», sujeito vindo do romantismo onde vários grupos fazem residir o critério último de correção linguística)

¹ Entendemos por galeguismo o «movimento de reivindicação da identidade diferenciada da Galiza com independência do grau de autonomia política proposto para a colectividade galega pelos vários grupos ou agentes autoproclamados galeguistas, assi como o processo de fabricação de ideias que apoiam e justificam os vários graus desta reivindicação. Quando este movimento vise a reinvidicação [sic] política da Galiza como ente nacional diferenciado dum referente de oposição identificado com o par Castela/ Espanha, estaremos falando em *nacionalismo*, uma das várias ideias possíveis de galeguismo» (Samartim 2005: 10; itálico no original).

e à função atribuída à tradição (a memória *construída* do sistema), e diz respeito ao caráter mais ou menos diferencial destes materiais a respeito dos sistemas que funcionam historicamente como referente de oposição (aqui o castelhano) ou como referente de reintegração (aqui o português).

2. A autoridade institucional responsável pela elaboração normativa. Este aspeto afeta ao grau de reconhecimento (de legitimidade) das regras ditadas pelas diferentes instituições (político-)culturais e está em relação de dependência com o grau de aceitação das normas de funcionamento do campo político pelos diferentes grupos que participam no processo.

3. A restrição ou alargamento do mercado de trocas linguísticas que se pretende construir. O resultado dessa construção dum mercado linguístico (que «é sempre um processo dirigido por grupos previamente privilegiados»; Álvarez Cáccamo 1999: 48) está em função do entendimento deste elemento identitário como de *propriedade exclusiva* da comunidade (mercado restrito) ou como compartilhado com outras comunidades historicamente relacionadas (mercado alargado).

Levando em conta que este processo de construção linguístico-identitário esta a ser realizado por grupos que atuam em espaços com diferentes graus de institucionalização e de capacidade para impor como legítimas normas para o conjunto do sistema, distinguimos no polo da oficialidade as normas emanadas tanto da Real Academia Gallega (RAG) como do Instituto de la Lengua Gallega² (ILG, dependente da Universidade de Santiago de Compostela), participados por grupos como Galaxia e «Filgueira» (ver Samartim e Cordeiro Rua 2009) e, no polo com menor grau de institucionalização, os grupos identificados com o nacionalismo político (o Partido Socialista Galego [PSG] e a Unión do Pobo Galego [UPG]) e o reintegracionismo linguístico³.

Assim, o grupo organizado desde 1950 em volta da Editorial Galaxia, para cujos membros a língua galega é o único marcador identitário imprescindível, participa no processo de elaboração linguística através da RAG publicando em 1971 as primeiras *Normas Ortográfica e Morfológicas do Idioma Galego* [NOMIG]. As NOMIG académicas estão caracterizadas pela provisionalidade, o gradualismo e a reivindicação do caráter oficial desta instituição galeguista, em coerência com a posição de relativa debilidade da Academia no SCG da altura. Igualmente, «tendo em conta as circunstancias socioculturais do momento» (NOMIG 1971: 8-9), na sua proposta a RAG toma como ponto de referência o modelo ortográfico castelhano de maneira pragmática e explicitamente provisória, ao mesmo tempo que privilegia entre os critérios normativos propostos a tradição literária galega (e galego-portuguesa medieval) e reconhece a identidade linguística galego-luso-brasileira (recorrendo neste ponto ao referente de

² [Entre 1974-1978, a denominação oficial do Instituto da Lingua Galega era em língua castelhana, nota ed.]

³ Entendemos por reintegracionismo «a ideia de (re)inclusom da Galiza num intersistema cultural compartilhado com os espaços do sistema linguístico comum conhecido internacionalmente por *Lusofonia*» (Samartim 2005: 34n).

reintegração português para validar escolhas morfológicas), apontando para as interferências castelhanas na fala popular e preferindo explicitamente como língua standard os modelos consagrados pela literatura.

Nesse mesmo ano de 1971, ao amparo dos seus novos estatutos, a Universidade compostelã cria o ILG com o objetivo de recolher «falas populares», realizar estudos dialetológicos e elaborar trabalhos académicos e manuais normativos (Fernández Rei 1991: 15). Esta instituição universitária impugna o modelo normativo e a autoridade da Academia tomando posição no campo do ensino (publica o método de aprendizagem *Galego* em 3 volumes em 1971, 1972 e 1974), não contempla explicitamente o carácter gradual do processo de elaboração linguística ou a provisionalidade da sua proposta (assumindo a ortografia usual no castelhano como própria também do galego alegando critérios pedagógicos), nega a identidade linguística galego-luso-brasileira presente nos critérios da RAG e prioriza em troca a «abstracción da fala popular» (Constantino Garcia 1974: 150) como base do standard para o galego, apontando para a tradição literária como único elemento modulador dessa fala popular explicitamente privilegiada.

O líder de Galaxia (Ramón Piñeiro 1971), medeia na disputa pela autoridade dentro do polo com maior grau de institucionalização minimizando as diferenças entre as propostas normativas do Instituto e da Academia e distribuindo os campos de ação entre ambas as instituições (reserva para o ILG a habilitação da língua galega para a sua futura introdução no ensino e atribui à RAG a autoridade sobre a língua dos escritores, privilegiada por Galaxia na hora da elaboração do standard).

Perante estes movimentos no polo do sistema com maior grau de institucionalização, Manuel Rodrigues Lapa (galeguista português na órbita de Galaxia) propõe em finais de 1973 a (re)integração linguística galego-portuguesa como garantia de sobrevivência do galego frente ao domínio social do castelhano e reforço da identidade diferenciada e da competência intercomunitária da cidadania galega. A proposta de Lapa parte da alegada identidade linguística galego-portuguesa defendida por Galaxia (herança do galeguismo de pré-guerra), contempla a previsível mudança da situação geo-política peninsular e europeia (cifrada na autonomia política para a Galiza e na integração dos Estados espanhol e português na Comunidade Económica Europeia) e sintetiza-se na elaboração do standard do galego com base no modelo normativo português e brasileiro (nomeadamente na ortografia).

Destacados membros de Galaxia, encabeçados por Piñeiro (1973), rejeitam a proposta de Lapa (1973) alegando a necessidade dum standard autónomo para o galego e a escassa consciência linguística unitária galego-portuguesa (no básico, que a comunidade galega não se reconhece na ortografia usual em Portugal). Porém, em geral Galaxia também não compartilha o «antilusismo» do ILG (por exemplo, Piñeiro 2006) e defende uma aproximação estratégica do modelo português, adiando um achegamento mais decidido (isto é, ortográfico) até a resolução do alegado conflito linguístico que enfrenta na Galiza os grupos partidários da preeminência social do castelhano com os defensores do alargamento de espaços sociais para o galego.

Os aderentes à proposta reintegracionista de Lapa, ao contrário dos defensores das teses do ILG e da RAG, veem dificultada a imposição legítima dos seus postulados em virtude da escassa presença na tradição moderna galega das práticas (gráficas) que propugnam e, sobretudo, do seu deficiente grau de institucionalização (com exceção do principal filólogo e

crítico literário de Galaxia até esse momento, o académico e professor da USC Ricardo Carballo Calero). Encabeçados pelo seu produtor mais ativo, José-Martinho Montero Santalla (*et al.* 1974), estes agentes publicam um ano antes da morte do general Franco um plano normalizador em que propõem medidas concretas para cada um dos campos considerados prioritários (distribuição equitativa de castelhano e «galego-português» no ensino, nos meios de comunicação, na administração e na Igreja Católica) com o objetivo declarado de que a língua da Galiza alcance a «paridade de direitos com a língua castelhana», evitar o conflito linguístico e social e aproveitar o bilinguismo como um «valor positivo» para a comunidade galega. Dous anos depois, o próprio Montero Santalla (1976) apresenta as primeiras propostas normativas concretas deste grupo, apontando para a adaptação ortográfica como garante da sobrevivência e da autonomia do idioma galego perante a interferência e o domínio social do castelhano.

Por seu lado, no espaço político partidário do nacionalismo galego, caracterizado na altura pela resistência ao processo de reforma do franquismo e pelo rejeitamento da autoridade das instituições políticas que dele resultam, promove-se a ideia do caráter sócio-político do conflito linguístico e da prioridade do uso do galego sobre a elaboração normativa (não são apresentadas propostas próprias até 1980). Em geral, desde este espaço institucional insiste-se no caráter popular do galego (língua das classes oprimidas e/ou da nação colonizada) e nele triunfam as ideias político-linguísticas promovidas pelo principal ideólogo cultural da UPG, o professor Francisco Rodríguez Sánchez. Em 1976 este agente publica *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia* onde faz depender a resolução do conflito linguístico (a chegada a uma Galiza monolíngue em galego) da superação da alegada dependência política da Galiza a respeito da Espanha. Em coincidência com as teses sustentadas em Galaxia por Piñeiro, Francisco Rodríguez não nega o facto filológico da unidade linguística galego-portuguesa, mas também não lhe atribui utilidade normalizadora enquanto durar a situação de conflito.

No ano 1977 o ILG toma a iniciativa e alcança a centralidade no processo de elaboração linguística com a convocatória em Compostela dum encontro em que participam representantes dos vários setores em jogo (ver Rivas 1977: 41-43) e do qual resultam as *Bases prá unificación das normas lingüísticas do galego*. Estas *Bases* perseguem o acordo e o equilíbrio entre as diferentes propostas colocadas até o momento no SCG e reconhecem tanto a provisionalidade dos resultados finalmente alcançados como que a autoridade sobre a eleição definitiva dos materiais linguísticos normativos reside no campo político em processo de mudança para a monarquia parlamentar na Espanha e a autonomia político-administrativa da Galiza. Para além do caráter heterónimo do processo de elaboração linguística, a proposta de modelo standard surgida do encontro patrocinado pelo Instituto da USC reconhece a integração do galego na família linguística galego-luso-brasileira e a autonomia normativa do galego nesse sistema trielaborado, apontando condicionantes (sócio-linguísticos e pedagógicos, nomeadamente) para a aproximação ortográfica galego-portuguesa⁴. Em geral, estas

⁴ Veja-se neste sentido, por exemplo: «Tacticamente, acentuar ‘Galícia’ chegaríanos á ortografía portuguesa, o cal, sentimentalmente é unha aspiración de todos. Na práctica, adopta-las regras da acentuación portuguesa ía redundar no aumento das complicacións pedagóxicas do ensino do galego» (*Bases* 1977: 9).

Bases conjugam os vários critérios das propostas anteriores, dando preferência à «língua falada» (tendo a extensão e o número de falantes como critério secundário) e recorrendo em diversos momentos à tradição literária galega (e galego-portuguesa), a alegados critérios pedagógicos, à aproximação do modelo galego do de português e brasileiro, à etimologia, à linguística interna, etc.

Em síntese, até a aprovação da Constituição Espanhola em finais de 1978, os grupos com maior capacidade de influência no SCG fazem descansar a identidade diferencial da comunidade na existência da língua galega, assumem o facto filológico da unidade linguística galego-portuguesa (discutido pelo ILG em 1971 e matizado em 1977) ainda que não lhe atribuem utilidade *normalizadora* (apenas os reintegracionistas utilizam este argumento para promoverem a socialização do galego na Galiza) e trabalham para a elaboração dum standard autónomo a respeito tanto do castelhano como do português e do brasileiro (os outros standards do sistema teoricamente compartilhado).

Por outro lado, o alegado conflito linguístico condiciona em dous sentidos o processo de elaboração desse standard autónomo para o galego: tanto priorizando a promoção da extensão do uso social do idioma frente à qualidade das práticas linguísticas, como, sobretudo, condicionando as escolhas de materiais normativos, em especial no grau de coincidência destes materiais com o castelhano ou com as variantes de Portugal ou o Brasil.

Nesse sentido, a ortografia do galego perfila-se, neste momento, como um elemento identitário central nas diferentes estratégias com que pretende ser superado ou enfrentado pelos vários grupos ativos no sistema o alegado conflito linguístico. As diferentes posições em relação a que materiais ortográficos são mais apropriados para a promoção da extensão social da língua da Galiza nessa situação sociolinguística separa (em geral e na altura ainda teoricamente) os grupos periféricos que postulam a integração gráfica com o português daqueles grupos com maior grau de institucionalização e articulação política. Estes últimos defendem a autonomia do galego neste aspeto a respeito do referente de reintegração e a assunção como próprios de materiais centrais do referente de oposição em base, sobretudo, à referida escasseza de consciência unitária galego-portuguesa na sociedade galega e a questões pedagógicas implicitamente derivadas da posição ocupada pelo castelhano na Galiza.

Nos anos posteriores, o processo de elaboração linguística está caracterizado pela regulação da introdução da língua galega no sistema de ensino obrigatório e na administração autonómica e pela contestação da autoridade das instituições oficiais desde o nacionalismo e o reintegracionismo. Até à oficialização política do modelo pactuado pelo ILG e a RAG em 1982 (que consagra a autonomia normativa do galego com base na «língua falada» e na tradição literária, a coincidência ortográfica com o castelhano e a consideração de galego e português como «linguas irmãs pero diferentes» [RAG/ ILG 1982: 10]) e a atribuição da autoridade para as questões normativas a estas duas instituições pela Lei de Normalización Lingüística de 1983, o SCG assiste à impugnação das *Normas ortográficas* elaboradas pela Comisión de Lingüística da Xunta de Galicia em maio de 1980 (um ano antes da aprovação em referendo do Estatuto de Autonomia) e ao desenvolvimento de modelos normativos alternativos desde o reintegracionismo e o nacionalismo galego.

No primeiro caso, o modelo elaborado para a administração autonómica galega é contestado pelas *Normas para a aprobación de libros de texto e material didáctico para o ensino non universitario* (DOG 15-12-1980), resultado duma resolução da Subcomisión de Programación e Textos da Comisión Mixta Ministerio de Educación-Xunta de Galicia presidida por Antón Santamarina, membro do ILG e também da Comisión de Lingüística da Xunta de Galicia responsável da elaboração das *Normas* provisórias e prorreintegracionistas da comissão presidida por Carballo Calero. Esta subcomissão descarta as *Normas* da Xunta e postula que «os casos non previstos [nas próprias *Normas* destinadas ao ensino não universitário] resolveríanse pelas *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*, da Real Academia Galega [1971 e 1977] e pelas *Bases prá unificación das normas lingüísticas do galego* da Universidade [1977]» (Fernández Rei 2007).

Dentro do espaço institucional oficializado em 1983, o ILG utiliza desde meados de noventa a teoria das línguas *Abstand* e línguas *Ausbau*, propostas por Heinz Kloss e Zarko Muljacic, para compatibilizar a teórica unidade lingüística galego-portuguesa com uma prática de elaboração diferencial face ao português e de demarcação dum mercado lingüístico estritamente galego (ver Monteagudo 1995). Por seu lado, no espaço do nacionalismo político experimenta-se desde essa altura um contínuo processo de unidade orgânica e de institucionalização que leva estes grupos da oposição às instituições políticas e culturais autonómicas e o ensaio de modelos prorreintegracionistas (AS-PG 1980) ao reconhecimento da autoridade da RAG para as questões normativas em 2003, dous anos antes de entrarem a fazer parte do governo autonómico (Samartim 2003).

Por último, o reintegracionismo mantém posições relativamente periféricas durante todo o período com a defesa dum mercado alargado para o galego e da ortografia comum com os modelos português e brasileiro como fronteira estrutural (e simbólica), tanto com as outras propostas normativas como com o castelhano (em concorrência privilegiada com o galego na Galiza, ao desfrutar o espanhol de projeção internacional, presença social e apoio institucional)⁵. Discutindo a construção da diferença lingüística do galego face ao português e o brasileiro levada a cabo desde o polo da oficialidade, o reintegracionismo move-se neste período entre as tentativas de fixação dum código alternativo (AGAL 1983) e a socialização na Galiza do modelo internacional resultante do Acordo Ortográfico para a língua portuguesa de 1990 (com a criação da Academia Galega da Língua Portuguesa em 2008).

⁵ Nas *Directrices para a reintegración lingüística galego-portuguesa* propostas por Montero Santalha (1979: 4) argumenta-se que, «dada a situación socio-política da Galiza, o noso isolamento lingüístico dos luso-brasileiros aumentaría a vulnerabilidade do galego frente ao español e agravaría o perigo de que se degrade a mero dialecto do castellano, co que viría resultar ameazada a mesma sobrevivencia do idioma».

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AGAL = Associação Galega da Língua. Comissom Lingüística (1983): *Estudo crítico das normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. [Corunha:] AGAL.
- Álvarez Cáccamo, C. (1999). «O Galego fronte ao portuguê, ou a lógica social da diferença», in Fernández, Camilo (coord.): *A lingua e a literatura galegas nos alicerces do terceiro rexurdimento (1976-2000) = La llengua i la literatura gallegues als inicis del tercer ressorgiment (1976-2000)*. Terrassa/Barcelona: Cursos de Lingua e Cultura Galegas, 43-49.
- Anderson, B. (1983). *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London, Verso.
- AS-PG = Asociación Sócio-Pedagóxica Galega (1980). *Orientacións para a escrita do noso idioma*. [Corunha: Xistral].
- Bases prá unificación das normas lingüísticas do galego [resume dos seminarios celebrados na Universidade de Santiago de Compostela desde decembro de 1976 a xuño de 1977]*. Santiago de Compostela, Universidade, 1977 [1980²].
- Comisión de Lingüística da Xunta de Galicia (1980). *Normas ortográficas do idioma galego*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- Fernández Rei, F. (1991). «O Instituto da Lingua Galega (1971-1990). Contribución á investigación e á normalización do galego». In Brea, M.; Fernández Rei, F. (coords.): *Homenaxe ó Profesor Constantino García*. Santiago de Compostela: Departamento de Filoloxía Galega - USC, vol. 1, 15-46.
- Fernández Rei, F. (2007): «A problemática elaboración do galego moderno», *A Trabe de Ouro* 72, 11-34.
- García, C. (1974): «A lingua galega hoxe. A súa situación no ensino», *Grial* 44, 148-156.
- ILG = Instituto de la Lengua Gallega (1971, 1972, 1974). *Gallego*. Santiago de Compostela: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago de Compostela, 3 vols.
- Lapa, M. Rodrigues (1973). «A recuperación literaria do galego», *Colóquio/ Letras* 13, 5-14.
- Monteagudo, H. (ed.) (1995). *Estudios de sociolingüística galega sobre a norma do galego culto*. Vigo: Galaxia.
- Montero Santalla, J.-M. (1979). *Directrices para a reintegración lingüística galego-portuguesa*. Ferrol: Gráfer.
- Montero Santalla, J.-M. (1976). «Unificación ortográfica galego-portuguesa», *Grial* 51, 1-13.
- Montero Santalla, J.-M. et al. (1974). «Manifeso para a supervivencia da cultura galega», *Seara Nova* 1547, 30-31.
- Piñeiro, Ramón (1971): «Gallego 1, Instituto de la Lengua Gallega», *Grial* 33, 363-364.
- (1973). «Carta a Don Manuel Rodrigues Lapa», *Grial* 42, 389-402.
- (2006). «Cartas de Ramón Piñeiro a Basilio Losada», *Grial* 171, 60-69.
- RAG = Real Academia Gallega (1971 [1977²]). *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. A Coruña: RAG.
- RAG/ ILG (1982). *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. [Santiago de Compostela:] Instituto da Lingua Galega.
- Rivas, M. (1977): «Poñerlle pés á lingua escrita», *Teima* 22, 41-43.

- Rodríguez, F. (1976): *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia*. Pontevedra: Xistral.
- Samartim, R. López-Iglésias (2003): «O *Día das Letras* no sistema literário galego. O caminho para o reconhecimento da autoridade da Academia». *Forum* 33, 59-69, disponível *online* em <<http://www.poesiagalega.org/arquivo/ficha/f/373/>>; última consulta: 06/05/ 2012.
- (2005). «Ideia de língua e vento português na Galiza do tardofranquismo: O caso de *Galaxia*», *Agália* 83/84, pp. 9-53, disponível *online* em <http://www.agal-gz.org/faq/lib/execute.php?media=agalia:n83-84_ideia_de_lingua_e_vento_portugues_na_galiza.pdf>, última consulta: 06/05/ 2012.
- Samartim, R. López-Iglésias e Cordeiro Rua, G. (2009). «O Pensamento Cultural Galego em Referência a Portugal: Posiçom e Funçom de Ideias e Grupos no Tardofranquismo e na Transiçom». In *Actas do I Congresso Internacional. O Pensamento Luso-Galaico-Brasileiro 1850-2000*. Lisboa: IN-CM, vol. 3, 171-198.